

SINGER, André Vitor (2012). *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras.

Bruno Casalotti Camillo Teixeira*

Falar de fatos recentes é sempre algo difícil, ainda mais quando se trata de analisar como o presente interliga diversas esferas da sociedade, cuja totalidade é fruto de divergências e linhas teóricas distintas. Nas Ciências Sociais e, em especial, na Ciência Política, os pesquisadores têm preferido as teorias de médio alcance. A busca pela precisão na análise dos dados faz com que os autores afastem-se um pouco do cruzamento de elementos empíricos de naturezas diferentes, em lugar de optar por uma leitura mais extensa e polissêmica dos fatos sociais. No livro *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*, André Singer foge dessa disposição, fazendo com que este seja um trabalho para o qual devemos olhar com bastante atenção. Nele, o autor busca uma interpretação dos oito anos da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva através da síntese entre dados eleitorais e econômicos, mas, não só, também se provendo de um ângulo muito importante: o de classe. Conforme relatado por ele mesmo em seu posfácio, a adoção desse ângulo se deu após um reencontro com o *18 Brumário de Luís Bonaparte*, de Karl Marx, o que teria lhe permitido dar aceção à infinidade de variáveis sociais com a qual ele estaria se defrontando, sempre apreendendo a teoria “como reflexão crítica sobre as condições de produção da totalidade social” (SINGER, 2012, p. 237).

A obra pode frustrar quem busca nela as linhas de um entusiasmo sistemático do governo Lula. Singer pretende não perder sua perspectiva teórica crítica, o que o faz analisar com coerente distanciamento o governo com o qual ele mesmo esteve envolvido como porta-voz e secretário de Imprensa da Presidência da República entre 2003 e 2007. Desde o primeiro momento, o autor reconhece que o conflito entre esquerda e direita perdeu centralidade no cenário político nacional. Isso não significaria, no entanto, que estamos vivendo uma conjuntura de despolarização ideológica: rebatendo teses de que está em curso uma pasteurização dos partidos, o autor nos propõe a hipótese de que há, na verdade, um sentido de repolarização e

* Graduando em Ciências Sociais - USP.

repolitização dos campos políticos onde, no lugar de “esquerda versus direita”, estaria firmada a oposição entre “pobres versus ricos”.

O primeiro capítulo, *Raízes sociais e ideológicas do lulismo*, compreende o fio condutor da análise. Nele, está contido o problema central levantado por André Singer: por trás da vitória de Lula nas eleições de 2006, que transformação social está ocorrendo atualmente no Brasil? Se olharmos somente os índices eleitorais e o número final do resultado, poderíamos achar que nada mudou. Afinal, os números da votação de 2006 são muito próximos dos de 2002, o que levaria a crer que a reeleição de Lula foi ratificada pelo mesmo eleitorado que o elegeu para o seu primeiro mandato. Mas, se olharmos o eleitorado pelo ângulo de classe e das bases materiais do voto, a leitura ganha outra dimensão. Houve no pleito de 2006 o que o autor identifica como *realinhamento eleitoral*, que se realizou pelo fato de o lulismo ter representado em seu governo as expectativas de uma fração de classe, a saber, o subproletariado brasileiro. A adesão em massa do subproletariado ao programa lulista permitiu que o presidente se reelegesse mesmo após ter perdido o apoio de grande parte da classe média que o apoiava até 2002.

Para construir sua argumentação, Singer parte de outra obra sua, *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*, na qual ele constatou que a base social do PT e de Lula, antes de 2002, era formada por setores de classe média e estava localizada majoritariamente nos centros urbanos. Essa era uma realidade política e ideológica que expressava a esquerda numa sociedade onde os mais pobres se inclinavam para a direita. Tal quadro só se alteraria quando o governo Lula já estava em curso. Os principais fatores que induziram a esse processo foram: o programa Bolsa Família e a transferência de renda, o aumento real do salário mínimo, a estabilização do preço da cesta básica e a contenção dos preços de produtos de primeira necessidade. Essas políticas, somadas à expansão do crédito consignado, ativaram o mercado interno e favoreceram diretamente a qualidade de vida do subproletariado (especialmente o subproletariado de localidades recônditas do país). Essa foi a primeira redução significativa da pobreza no Brasil desde a implantação do Plano Real e, portanto, constituiu muito mais do que uma simples “ajuda” aos pobres: sinalizou um real avanço no sentido de diminuição da desigualdade no país (ainda que tímido e pequeno, dada a realidade brasileira de fosso social).

Mas a questão não se encerra aí. Lula executou um programa de combate à pobreza por dentro da ordem. Manteve elementos conservadores em sua política

econômica de forma a não entrar em choque com o capital e manter a estabilidade no Brasil. Ao fazer isso, realizou uma combinação *sui generis* de bandeiras distintas que pareciam não combinar, confeccionando uma “via ideológica própria” que por fim expressou os desejos mais prementes do subproletariado, a saber: aumento do poder de consumo sem que, para isso, fosse abalado o equilíbrio econômico do país. O lulismo, dessa forma, neutralizou o temor muito comum entre os mais pobres de que sua chegada ao poder poderia significar balbúrdia e desordem para o país, conquistando, por fim, a confiança de uma fatia numerosa da população na qual antes o PT tinha dificuldade de penetrar. Foi essa fatia que sustentou a reeleição de Lula em 2006.

No segundo capítulo, Singer procura analisar como o lulismo foi sustentado no plano político pelo surgimento de uma segunda “alma” no interior do PT, a que ele denomina *Espírito do Anhembi*. Se dos eventos que marcaram a fundação do partido registra-se o *Espírito de Sion* (radicalismo, caráter socialista e anticapitalista das proposições partidárias, rejeição explícita à aliança com partidos de centro e de direita, ação organizativa e mobilização *classista*), a partir de 2002, com a publicação da *Carta aos brasileiros*, surge o *Espírito do Anhembi* (abandono da postura anticapitalista, preservação do superávit primário para manutenção da estabilidade das contas públicas, responsabilidade fiscal e “sólidos fundamentos macroeconômicos”, defesa de uma mobilização *nacional* que envolvesse o pacto entre empresariado e trabalhadores). Em 2002, portanto, inicia-se a um segundo sistema de “crenças políticas” dentro do PT que se sedimentaria a partir de 2006 por conta do realinhamento eleitoral analisado no primeiro capítulo. O autor observa uma mudança ocorrida na composição social do partido: a renda média dos filiados abaixou, bem como a proporção dos que têm escolaridade de nível superior; abaixou também a participação da região sudeste e da população proveniente dos grandes centros urbanos. Em compensação, houve um crescimento eleitoral nos âmbitos municipal, estadual e federal, o que estaria associado a uma elevação da participação das regiões norte e nordeste no quadro de petistas filiados. Apreende-se disso que o realinhamento eleitoral expressou não só uma mudança no eleitorado do PT, como também expressou a integração para dentro do próprio partido de setores em que antes o petismo tinha dificuldades de inserção.

O *Espírito do Anhembi* não é um fenômeno temporário, como se aventava quando do lançamento a *Carta aos brasileiros*. O partido deixou para um segundo plano

seu vértice anticapitalista, e passou a endossar o discurso corrente de uma sociedade fundada em valores de competição e sucesso (frustrando aqueles que vislumbravam nos compromissos de 2002 apenas uma etapa breve na trajetória petista). O PT, enquanto “partido dos pobres” defensor de um modelo de “redução de pobreza e manutenção da ordem”, continuará fazendo prevalecer a sua segunda alma. “O êxito eleitoral lhes augura dominação prolongada” (SINGER, 2012, p. 119), assinala Singer. O que não se pode deixar de observar, no entanto, é que o *Espírito do Anhembi* não sufocou definitivamente o *Espírito de Sion*¹. Este sobrevive em espaços como a Fundação Perseu Abramo ou mesmo em alguns ministérios da república (Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério do Desenvolvimento Agrário), levando para o centro do Estado brasileiro a compreensão estratégica de que é preciso combater a pobreza.

Há, portanto, uma unidade contraditória das duas almas divergentes, que se expressa tanto no âmbito das políticas de Estado quanto nos programas do PT. Ao concluir o capítulo, André Singer observa que um dos resultados dessa unidade seria a reativação de uma “gramática política” que parecia estar enterrada desde o golpe de 1964: uma gramática muito presente nas falas de políticos e intelectuais e em textos jornalísticos e partidários, que valoriza a ideia do *nacional-popular* como aval para a unidade de diferentes classes sociais por um objetivo em comum. O que é curioso observar, nesse ponto, é que essa linguagem foi amplamente combatida pelo radicalismo do *Espírito de Sion*, que possuía um forte caráter antipopulista e anticonciliador.

No terceiro capítulo, André Singer procura entender como o governo Lula, tendo sustentação de massas a partir do subproletariado e de um PT lulista, teria assumido uma postura arbitral entre grupos de interesses econômicos opostos. Singer subtrai das coalizões de classe durante o governo Lula a hipótese da arbitragem política que equilibra diferentes interesses de classe (e de coalizões de classe). A arbitragem refere-se ao contexto de um fenômeno que Gramsci chamou de cesarismo. Não seria, pois, equivocado dizer que o lulismo teve traços da arbitragem cesarista. Nele, duas grandes coalizões foram postas na balança: a produtivista (formada pelo proletariado, setores do campo e da agricultura familiar, e a burguesia industrial na-

¹ No entendimento de Singer não teria havido no PT uma ruptura análoga ao Bad Godesberg do SPD alemão e à exclusão da Cláusula 4 do Partido Trabalhista britânico. A resolução política do IV Congresso Nacional Extraordinário do PT (realizado em setembro de 2011) reafirma o compromisso histórico do partido com o socialismo e com um modelo de desenvolvimento alternativo.

cional²) e a rentista (formada pela classe média tradicional, pelo capital financeiro, e por setores do agronegócio).

O subproletariado constitui uma fração de classe que não participa de nenhuma dessas coalizões, pois possui interesses que se inserem no escopo de ambas. Além do que, ele não possui programa próprio: sua principal proposição é desaparecer, conquanto as desigualdades diminuam ao longo do tempo. Essa característica dual favoreceria a arbitragem uma vez que, para se dirigir ao subproletariado, Lula precisou garantir a combinação de fatores econômicos que em princípio são díspares. Ao fazer isso, o lulismo procurou não apenas preservar a ordem, mas também garantir à fatia mais pauperizada de nossa população as condições fundamentais para a ampliação de seu poder aquisitivo. O efeito econômico disso foi um rápido crescimento na renda de 20 milhões de brasileiros, ou seja, diminuição da “pobreza monetária” de uma grande parcela da população (ainda que isso não significasse uma rápida diminuição dos imensos índices de desigualdade no país). O efeito político foi o estabelecimento na agenda nacional do combate à pobreza como pauta prioritária. A isso, Singer entende como o despertar do *sonho rooseveltiano* no segundo mandato, de forma que poderíamos fazer um paralelo dessa pauta com o *new deal* norte-americano e com as transformações observadas nos EUA a partir da década de 1930. O autor julga que a busca por esse sonho ainda fará com que o combate à pobreza ocupe o centro do debate político nacional durante bastante tempo (compreende-se, portanto, a hipótese de que o lulismo é um fenômeno de longo prazo).

Saliente-se que, segundo a interpretação dos dados aponta, a desigualdade no Brasil cai devagar porque o lulismo permitiu que os ricos também ficassem mais ricos. Mas isso não impediu, no entanto, que num dado momento (especialmente no segundo mandato) o combate à pobreza fosse colocado como pauta prioritária. Em verdade, durante o governo Lula, houve mudanças de hierarquia nas prioridades das políticas, o que aconteceu segundo a margem de manobra disponível em face de cada conjuntura. Se, no primeiro mandato, houve um pacote de medidas conservadoras com vistas à estabilização da economia e das contas públicas, sendo esta uma escolha eminentemente política de não entrar em choque com o capital, no segundo mandato, consolidou-se o combate à pobreza como prioridade. A valorização do salário

² Mesmo que se possa conferir a esse grupo o caráter de “coalizão”, isso não impediu que, em determinados momentos do governo, seus diferentes estratos tivessem interesses conflitantes, como foi no caso da extinção da CPMF, que era uma grande reivindicação dos industriais ao mesmo tempo em que constituía interesse dos trabalhadores que vislumbravam um montante de recursos para a saúde pública.

mínimo e a geração de postos de trabalho (elemento decisivo no combate à pobreza, sendo que só pela transferência de renda não há geração de riqueza) ativaram o mercado interno por baixo e integraram o subproletariado, o que significa que houve um sentido reformista no segundo mandato. Resta avaliar que tipo de reformismo é esse, e em que patamar ele coloca o ciclo expansivo do capitalismo brasileiro. É isso o que Singer faz no quarto capítulo. Nesta parte, ele define o lulismo como tendo o sentido de um “reformismo fraco”. Em contraste com o “reformismo forte”, característico da alma que prevaleceu no PT até 2002, o lulismo teria optado pelo caminho da reforma gradual, lenta e sem rupturas. O caminho sem rupturas é ambíguo: por um lado, ele permite a continuidade do projeto político, mas, por outro, ele faz com que as mudanças sejam muito lentas. Na opinião de Singer, o reformismo fraco não se opõe ao forte, pois seria, em último juízo, a sua diluição em doses homeopáticas. Lula pinçou das propostas originais do partido aquilo que não significava entrar em choque diretamente com o capital³, mas manteve o rumo geral do reformismo. Para fazer uma imagem disto, o autor argumenta que a tributação das fortunas do reformismo forte foi substituída pelo crédito consignado do reformismo fraco: uma medida decididamente mais moderada, mas que em 2010 chegou a representar 60% de todo o financiamento pessoal no Brasil.

Se os apontamentos levantados por André Singer se confirmarem, o lulismo poderá trazer transformações significativas na formação social brasileira. Nos últimos anos, falou-se muito do grande número de pessoas que ascenderam à classe C, o que chegou a ser repercutido por políticos e por jornalistas como sendo a “nova classe média” brasileira. Matéria de divergências no debate acadêmico, talvez seja mais apropriado denominar esse setor como “novo proletariado”. Investigar detalhadamente qual é o perfil deste setor, que posições ocupam na cadeia produtiva, e em que medida ele pode representar propriamente uma classe social: eis aí grandes temas que já estão mobilizando bons estudos e pesquisas nas Ciências Sociais. Algumas pistas estão sendo dadas, e sabe-se que estes são trabalhadores que se dedicam a jornadas extenuantes de trabalho cujas condições são, na maioria das vezes, precárias. Mas o caminho para mudanças está aberto. Singer nos lembra que “é o tamanho do exército industrial [de reserva] que garante ao capital a possibilidade de rebaixar os salários e aumentar a jornada de trabalho” (SINGER, 2012, p. 208). Isso

³ Dentre as bandeiras que significariam o choque com o capital, estaria a tributação das grandes fortunas, desapropriação de latifúndios, revisão das privatizações, dentre outras.

significa que, se o lulismo obtiver sucesso em levar o subproletariado para dentro do proletariado, ele produzirá uma mudança estrutural que favorecerá a atuação coletiva dos trabalhadores, dando margem à auto-organização e a uma maior amplitude às reivindicações do mundo do trabalho. Se a democracia se empobreceu no período de hegemonia neoliberal, com a política deixando de refletir a luta de classes, a emergência de um novo proletariado poderá colocar novamente no centro do debate nacional tensões de classe que estavam obscurecidas.

Em tempo: o projeto lulista é, em grande medida, a realização de elementos importantes da Constituição de 1988. A Assembleia Nacional Constituinte correu na esteira de mudança e mobilização política que pretendia “refundar” a República brasileira na década de 1980, o que permitiu que pontos importantes de transformação social fossem alocados em nossa carta magna (vide, por exemplo, o §III do art.3^a e o §X do art. 23, que colocam o combate à pobreza como princípio do Estado e da União, e o art. 79 que instituiu o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza). Porém, as reformas previstas na Constituição foram paralisadas ao longo da década de 1990 (houve inclusive tentativas de se revogar algumas delas), imprimindo ao período a marca da contra-reforma. O que se viu a partir do lulismo foi uma retomada do reformismo na agenda política brasileira. A hipótese da arbitragem dá conta de delinear o significado do pacto que permitiu alavancar o “reformismo fraco”, e que não foi possível de ser estabelecido durante o governo FHC.

Quando Gramsci escreveu sobre a arbitragem e sobre o cesarismo, ele ressaltou que a força mediadora poderia pender tanto para o lado progressivo quanto para o lado regressivo. Interpretar se, no binômio reforma *versus* contra-reforma, prevaleceu a força progressiva ou a força regressiva durante o governo Lula, é matéria pra muita discussão no interior das ciências humanas. André Singer não deixa de se posicionar a esse respeito, e acredita que as transformações ocorridas entre 2003 e 2010 poderão sim colocar “as contradições brasileiras em um degrau superior àquele que conteve a história do país até o início do século XXI” (SINGER, 2012, p. 221). Dessa forma, o autor se coloca no campo que defende a ideia de que o lulismo poderá dar margem para que prevaleça a força progressiva no rumo do desenvolvimento brasileiro. Entretanto, mais do que uma “comprovação”, o que Singer busca é um sincero levantamento de deduções e evidências que apontam para um (porém não único) caminho possível. A riqueza de informações contida na obra, a clareza teórica do autor e o espírito crítico com que ele trata das questões analisadas não deixa dúvidas: a leitura de *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador* se faz

fundamental tanto para aqueles que buscam lançar um olhar mais crítico aos rumos tomados pelo governo Lula e pelo PT, quanto para aqueles que pretendem sublinhar os seus avanços.

Referência

SINGER, A. V. (2012). *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. 1^a ed. São Paulo: Companhia das Letras.

Recebido em dezembro/2012

Aprovado em setembro/2013